

-----Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, do mês de fevereiro. -----
-----Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois (sexta-feira) pelas dezasseis horas e trinta minutos, teve lugar no auditório da Casa Municipal da Cultura, a sessão ordinária em “formato presencial”, com a seguinte ordem do dia: -----

1. Período antes da Ordem do Dia-----
 - 1.1.- Leitura, discussão e aprovação da Ata da sessão anterior; -----
 - 1.2.- Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente. ---
 - 1.2.1.-Informação das alterações ao Regimento da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande.
 - 1.3.- Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local. -----
2. Apreciação da informação escrita do Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----
3. Propostas da Câmara Municipal
 - 3.1. Apresentação e discussão do Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Pedrógão Grande, do ano de 2021. -----
 - 3.2. Apresentação, discussão e votação da Proposta de designação de dois membros da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão Municipal de Toponímia nos termos da alínea b) do número um do artigo 3º do Regulamento Municipal de Toponímia. -----
 - 3.3. Apresentação e discussão da Declaração de Compromissos Plurianuais, Pagamentos em Atraso e Recebimentos em Atraso à data de 31/12/2021. -----
 - 3.4. Apresentação, discussão e votação da Proposta de Integração do Saldo da Gerência anterior através da Revisão Orçamental- Revisão Orçamental nº 1/2022. -----
 - 3.5. Apresentação, discussão e votação da proposta de prorrogação do prazo de transferência das competências para as Autarquias Locais no domínio da Ação Social.-----
 - 3.6. Apresentação, discussão e votação do Regulamento da venda de Lotes da Área de Localização Empresarial de Pedrógão Grande (ALE). -----
4. Intervenção do Público. -----

*

-----Os Membros da Assembleia Municipal registaram as suas presenças no respetivo “Livro de Ponto” .-----

-----As ausências foram justificadas pelos senhores Dr. Luís Filipe Henriques Antunes, substituído pela Dr.ª. Mafalda Inês David Coelho e Professor António Conceição Henriques David, substituído pelo Eng.º Luís Miguel Pereira Crespo, que tomou posse e fez o respetivo juramento. -----

-----A mesa da Assembleia Municipal é constituída pelos senhores: Dr. Raul José Piedade Baptista Garcia Presidente da Assembleia Municipal que presidiu à sessão, sendo secretariado pelo membro da Assembleia Municipal senhor Armínio David Fernandes como Primeiro Secretário em substituição, a convite do senhor Presidente da Assembleia Municipal, após o membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Miguel Morgado Capitão, que é o membro seguinte na ordem dos eleitos da Assembleia Municipal, ter informado que prescindia da sua posição na Mesa. Ainda a Dr.ª Nélia Maria Henriques Alves como Segunda Secretária, fez-se representar.-----

-----A Câmara Municipal esteve representada pelos Presidente Dr. **António José Ferreira Lopes**; Vice-presidente Eng.º **Luís Filipe Jesus Correia**; Vereadores senhora Eng.ª **Dora Cristina Antunes Santos Rodrigues**, o Eng.º **Nelson David Fernandes** e o senhor **Luís Manuel Piedade David**. -----

-----Confirmada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista Garcia**, deu início à **sessão ordinária** da Assembleia Municipal.-----

-----Ponto um- **“Período antes da Ordem do Dia”** -----

*

-----1.1. **-Leitura, discussão e aprovação da Ata da sessão anterior.** -----

-----Usando a palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, começou por questionar se todos os membros da Assembleia Municipal, tinham rececionado a ata nº 3 de 29 de dezembro de 2021, referindo a mesma ter alguns pormenores que podem ser melhorados e estão identificados, no entanto “propunha que fosse hoje aprovada”. Após essa melhoria, então a colaboradora D. Jacinta faria a distribuição do texto final. Questionou ainda se alguém fez as correções, se querem citar em concreto e em viva voz, ou se fica pelo registo enviado para o email. Salientou ainda que “sempre estaremos aqui para o que for preciso”. Prosseguiu para referir que caso haja, ainda alguma alteração substancial, agradeceu que lhe seja dado conhecimento, para os efeitos tidos por convenientes. -----

-----Seguidamente colocou a votação a **ata número três** de vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e um e deste modo foi **aprovada por maioria, com uma abstenção**. -----

*

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, prosseguiu com os trabalhos e em relação ao ponto 1.2.-**“Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente”**, salientou ser a correspondência a que já tinha sido enviada aos membros da Assembleia Municipal por correio electrónico, no entanto colocou os mesmos à disposição, para quem os pretenda consultar. -----

-----Ainda neste ponto solicitou à Dr.ª **Nélia Alves**, para dissertar sobre a sua participação no III Congresso da ANAM, dado ter marcado a sua presença, em representação do senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----Começou por cumprimentar os presentes e referiu ter efetivamente a Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, marcado presença no passado dia 19 de fevereiro de 2022, na cidade da Covilhã no **III Congresso da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM)**.-----

-----Prosseguiu e referiu ter aquela Associação cinco anos e neste período de tempo, sempre a dignificar as Assembleias Municipais, o Poder Local!-----

-----Referiu já ter decorrido um primeiro congresso em Mafra e outro em Braga. -----

-----Prosseguiu e disse que dos 308 Municípios, 180 Assembleias Municipais já fazem parte desta Associação, sendo a primeira vez que a Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, esteve representada. -----

-----Acrescentou ter sido escolhida aquela cidade para marcar o interior, valorizar o território menos divulgado. -----

-----O Congresso foi composto por duas componentes da parte da manhã o que considerou ter sido muito frutífera, pelo que após a sessão de abertura, procedeu-se à aprovação do Regulamento do Congresso; alterações estatutárias; apresentação de propostas e moções- debate, votações e eleição dos Órgãos Sociais. -----

-----A segunda parte foi sobre a Regionalização; o Poder Local e a Governação Multinível, seguido de debate, proclamação de resultados e o respetivo encerramento. -----

-----Prosseguiu e disse haver concelhos que estavam representadas por mais pessoas, inclusivamente pelo poder executivo. Considerou ser importante marcar-se presença nestes eventos, até pela troca de partilha de conhecimentos e dúvidas. -----

-----Referiu que na voz do seu Presidente Albino Almeida, aquele salientou a importância que “nós” eleitos locais, “temos no Poder Local”. Ainda explicou e bem, a importância e a dignificação das Assembleias Municipais. -----

-----Aquela Associação tem ainda a componente de querer cada vez mais valorizar os eleitos locais, inclusivamente através de formação e parcerias, publicações de boletins, livros, brochuras, pareceres jurídicos, abordando vários temas de interesse, inclusivamente houve ainda tempo para se falar de Regimentos da Assembleia Municipal e toda esta matéria, estando sempre à disposição para qualquer esclarecimento adicional e ainda considerou que “Juntos somos mais fortes”.-----

-----**O senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou se alguém pretendia algum esclarecimento ou informação complementar. -----

*

1.2.1.-Informação das alterações ao Regimento da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande.

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, usou a palavra, referindo não se estar em condições de proceder hoje à votação, dado não ter havido grandes manifestações, alterações ou sugestões ao Regimento, no entanto agradeceu ao Dr. Ulisses Quevedo e ao Dr. José Miguel Barão os seus contributos. Em conclusão disse que irá manter em aberto o processo e em abril se constatar estar-se em condições, far-se-á o seu agendamento, ou ainda na sessão em Junho, que possivelmente terá menos agendamentos, depois de Junho já não valerá a pena.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, referiu estar a preparar uma versão com algumas alterações ao Regimento, considerando ser aquele uma figura, para possibilitar os membros da Assembleia Municipal de se regerem por uma quantidade de normas. Ainda com um índice para orientação, apresentando um compêndio de toda a legislação de relevo, incluindo o Estatuto do Direito à Oposição, sendo de opinião que podem estar num diploma único, que é o Regimento da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande. Conjunto de fatores que irá sugerir, alterações que incluirão a abertura da Assembleia Municipal às novas tecnologias da informação. Prosseguiu referindo que as próprias convocatórias poderão ter um sistema misto, através do sistema convencional e do sistema eletrónico, assim como o envio da própria documentação, ser facultativo. Referiu outras possibilidades como sejam a gravação das Assembleias Municipais, para apoio às atas e para memória futura, inclusivamente a possibilidade ou não da realização por videoconferência. Referiu serem as comissões ou grupos de trabalho importantes e Pedrógão Grande ainda não ter, onde se incluem os grupos parlamentares, com o envio prévio a esses grupos organizados que permitem discutir outras questões, colocá-las depois em termos de plenário sendo assim uma maneira mais clara, mais lúcida e célere. A terminar referiu ser a intervenção do público, um ponto a considerar, inclusivamente e em sua opinião deverá decorrer uma discussão salutar, sobre a colocação do mesmo, logo a seguir ao período antes da ordem do dia, ou mantendo-a e no final.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, referiu ser o Regimento de 2003, não existir em Word, pelo que a colaboradora D. Jacinta fez a transcrição para Word, o que significa que quem considerar útil poderá solicitar o Regimento nessa versão, para facilitar possivelmente quem queira trabalhar o mesmo. Assim como as contribuições de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal em vigor, do Dr. Rui Capitão e de possíveis intervenientes, deverão fazê-las chegar por escrito e serão do conhecimento de todos.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Ulisses Quevedo**, referiu já ter feito chegar a sua comunicação como referido e salientou em sua opinião, ser o envio das convocatórias em formato misto, de preferência por correio eletrónico sem o aviso de receção, desde que o membro da Assembleia Municipal dê a sua anuência.-----

*

1.3.- Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local. -----

-----Neste ponto o senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou os membros da Assembleia Municipal, da pretensão de participarem no debate, fazendo as respetivas inscrições, nomeadamente dos senhores, **Dr. Rui Capitão**, **Dr.ª Margarida Guedes**, **Sr. Américo Rocha**, **Dr. António Figueira**, **Dr.ª Mafalda** e **Eng.º Luís Crespo**.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Eng.º Luís Crespo**, começou por cumprimentar todos os presentes e apercebeu-se que ao ler a última ata, verificou que assuntos continuam a ser apreciados, nomeadamente a atualização do site do Município, as redes sociais. Disse ser o superior interesse o Município de Pedrógão Grande e os Municípios. Referiu-se ainda à última ata e ao pedido do senhor Presidente da Câmara Municipal, nomeadamente para que lhe fossem enviadas antecipadamente as questões, para uma resposta mais assertiva, pelo que considerou este tema ser específico, estando sempre na ordem do dia do executivo. Dissertou sobre o PDM, referiu que já com este executivo concluiu-se uma alteração ao mesmo, nomeadamente a alteração por adaptação do plano de ordenamento da albufeira do Cabril e Bouçã (havia dois planos e esses dois planos foram integrados num no PDM) e até 31/12/2022 será necessário concluir, fazendo uma adaptação do atual PDM quanto à classificação e quantificação do solo, para que os Municípios se possam candidatar a fundos comunitários, sendo que ainda está a decorrer a alteração que deriva da alteração da nova lei de base dos solos. Para além disso se entrarem em incumprimento o processo do PDM suspende e os prejuízos que daí advenham, serão de lamentar. Esta tramitação dos PDM é bastante longa e o tempo urge dado ser até 31/3/2022 (esta data existe para que todos os procedimentos possam ser realizados ainda este ano). Prosseguiu e referiu que decorre uma reunião presidida pela a CCDR Centro com apresentação da proposta de revisão. Esta revisão tem a ver com a retirada de zonas que estavam nos PDM, zonas urbanizáveis que vão deixar de existir. Esses solos vão ter que ser requalificados, zonas de expansão comercial, pensando ainda que poderão ficar. Referiu ser um conjunto de situações, tem que ser revistas e nesse sentido solicitava ao senhor Presidente se esta revisão já se encontra em curso, se a reunião que referiu já se encontra agendada e se todos os outros procedimentos realizados. Inclusivamente se esta revisão já irá contemplar a vertente da gestão de paisagem verde no PDM, se ainda fica previsto a possível expansão da área da ALE para norte da EN2. Outro assunto e dentro do PDM referiu-se à Reserva Ecológica Nacional ser uma condicionante do PDM, em sua opinião esta condicionante foi mutilada com a revisão do PDM que foi feita/concluída em 2015. Disse ainda não ser necessário acontecer em simultâneo com a revisão do PDM, ela tem que ser adaptada ao decreto-lei 124/2019 de 28 de agosto, que altera e republica o D.L. nº166 de 2008, que é o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) e este procedimento também tem etapas e tem que estar concluído a pouco mais de dois anos, ou seja cinco anos após a publicação do D.D. nº124/2019, pelo que solicitou o ponto de situação deste procedimento. Noutra vertente que tem a ver com o Plano de Pormenor e a terminar questionou se há intenção do executivo de avançar com o Plano de Pormenor do antigo Plano do Ordenamento da Albufeira do Cabril?-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Mafalda Coelho**, começou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, considerou não ser um assunto de interesse local, mas dado os acontecimentos na Ucrânia, pela invasão da Rússia naquele país, não pode deixar de fazer um apelo que esta Assembleia emita aqui uma nota de repúdio. Prosseguiu referindo que se amanheceu ontem, com a

triste notícia que uma guerra havia eclodido em solo europeu, considerando ainda e em sua opinião que este será talvez, o maior conflito armado na Europa, desde a segunda Guerra Mundial. Esta escalada de tensão e consequente invasão terão impactos significativos na Europa e no nosso País. Houve aqui uma clara invasão de princípios de direito internacional, questionando-se a soberania de um estado de direito democrático, violando-se a integridade territorial de um estado! Disse haver uma reflexão a ser feita. Agradeceu a terminar a sua intervenção.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira**, começou por cumprimentar todos os presentes, e pretendeu dar seguimento ao raciocínio e apresentação da Dr.^a Mafalda e de igual modo sugerir uma proposta de voto de solidariedade ao povo Ucrainiano e um veemente protesto pela invasão daquele país, pelos líderes da Rússia, o que considerou ser uma clara violação do direito internacional e das convenções das Nações Unidas. Proposta essa, que deixa à consideração do senhor Presidente da Assembleia Municipal e membros presentes. -----

-----O segundo ponto, referiu ser dirigido ao senhor Presidente do Município, colocando uma primeira questão, relacionada com o ponto da situação do Restaurante Lago Verde. -----

-----A segunda questão, tem a ver com a Piscina Municipal.-----

-----Colocou ainda uma terceira questão e disse estar relacionada com o bar da Piscina Municipal. -----

-----Prosseguiu a sua intervenção, lembrando o que foi falado na última Assembleia Municipal relativamente à situação de haver ou não algum médico contemplado, ou se já está efetivamente em serviço, no Centro de Saúde de Pedrógão Grande. -----

-----Ainda referiu ter terminado o período mais crítico do Covid-19 questionando deste modo, o que o Executivo previu em relação à Celebração da Semana Santa e Senhor dos Passos em particular, se efetivamente equacionou algum tipo de apoio. Considerou ainda serem estes dois eventos o Senhor dos Passos por parte da Santa Casa da Misericórdia e a Semana Santa por parte da Fábrica da Igreja, eventos estes de relevo para Pedrógão Grande e para os Pedroguenses em particular, dado ser um Povo devoto, de raízes cristãs e ainda conduzir a esta terra bastantes forasteiros, para integrarem estas religiosidades. -----

-----A última intervenção disse ser relativamente à página Web do Município e qual o ponto de situação.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, começou a sua intervenção de igual modo cumprimentando todos os presentes, colocando de seguida uma questão que não estaria nos seus planos, mas disse querer partilhar as palavras/sentimentos dos colegas Dr.^a Mafalda e do Dr. António Figueira, relativamente à invasão territorial da Rússia para com a Ucrânia, pelo que há a lamentar tal situação, não sabendo se vai desencadear um conflito da escala que se prevê, ou se mais limitado. No entanto referiu ter-se sempre que contestar, lamentar e ser o mínimo que se pode fazer e inclusivamente expressar nesta Assembleia Municipal um voto de pesar por essa atitude e voto de solidariedade para com aquele País. -----

-----Chamou a atenção para o fenómeno de seca, o qual é do conhecimento público, lamentando que a Barragem do Cabril, esteja com uma capacidade extremamente reduzida. Salientou que há muitos anos não ter visto um fenómeno destes, trazendo vários problemas, nomeadamente ter uma quota muito inferior ao expectável neste período do ano e os problemas que daí advém, nomeadamente no verão o turismo ressentir-se-á um pouco, não sabendo inclusivamente com um cenário destes, o que o Executivo estará a equacionar sobre a matéria. Referiu ainda que apesar de Pedrógão Grande ter paisagens magníficas, a Barragem é sem dúvida um “cartão-de-visita”. Colocou duas questões; se efetivamente existiu ou não produção de energia naquela barragem e até quando. Referiu ter sido noticiado que o governo teria condicionado/restringido a produção hidroelétrica em várias barragens inclusivamente na do Cabril, e em termos hipotéticos foi questionando se ainda poderá haver produção de energia ou se efetivamente foi uma proibição e ainda disse não ter conseguido encontrar bases nenhuma legais para concretizar esta notícia, apenas entende que será uma preocupação governativa, mas a realidade são os níveis de água dramáticos. Poderão contribuir ainda a vaporização da água, as temperaturas e de todo um conjunto de fatores climáticos. Deste modo, questionou ainda se Município tem alguma ideia, se já questionou a tutela e inclusivamente se a EDP está efetivamente proibida ou

condicionada de laborar naquela barragem. Demonstrou assim a sua preocupação, bem como a do Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, presente na sessão como Vereador que elaborou uma informação técnica, tendo em conta o atual nível e caudal de água, salientando que existirão meios de combate aéreos, nomeadamente canaders (e não estar a falar de helicópteros) que em função do nível da água, não conseguirão desempenhar sua função ou seja abastecer, para depois combater os incêndios. Prosseguiu a sua dissertação sobre a matéria, lamentando pois tal situação, tanto mais uma região fustigada com os incêndios, como foi em 2017, deixa-o deveras preocupado! Acrescentou ainda que à época "...estávamos todos preparados e não tínhamos nada..." e ainda "com os barris de pólvora que por aí há" ficar-se privados de meios de combate, como já referiu para todos Pedrógão Grande e concelhos limítrofes, considerou ainda ser bastante perigoso, será inclusivamente terrível!-----

-----O segundo ponto tem a ver com o projeto pessoal do Eng.º Carlos Roldão, relacionado com fórmulas e equações em exposição, gravados em pedras nos muros da sua vivenda. Disse ainda que em conversa com o próprio, aquele tem uma visão mais alargada nomeadamente para a fachada que está virada para a devesa, pois referiu estar igualmente a equacionar preencher a mesma. Assim e deste modo propôs questionando o Executivo, da viabilidade de ser equacionada um tipo de parceria, de ajuda de colaboração com aquele município e o seu projeto. Foi dissertando sobre a matéria e referiu que Pedrógão Grande tem um jardim belíssimo, mas que se poderia ter um conjunto de jogos didáticos como por exemplo xadrez, damas, que de certa forma estão associados à matemática, raciocínio, e seria algo interessante, uma mais-valia particular, que é aquele projeto, coadjuvado com uma pareceria pública, em benefício de ambos.-----

-----Vem alertar mais uma vez, para a questão das obras na Avenida Comendadora Maria Eva Nunes Correa, para o facto de existir um erro, que não cabe à Câmara Municipal assumir, nem lhe ser imputada essa responsabilidade, referindo-se ao sumidouro de águas, o qual poderá eventualmente potenciar algum acidente e ser efetivamente um fator de risco para as bicicletas. Referiu ainda que, inclusivamente a Câmara Municipal poderá ser responsabilizada, quando abrir aquelas faixas à circulação a esse tipo de veículos e acontecer uma circunstância desagradável. Salientou que haverá soluções, pois as "garantias", poderão ser acionadas, possivelmente ainda não terá sido paga na totalidade, haverá que apurar os responsáveis e assumirem-se responsabilidades.-----

-----Prosseguiu a sua intervenção e referiu não saber o estado dos estradões e estradas florestais e se tem ocorrido a sua manutenção. O que sabe efetivamente é que a época de incêndios aproxima-se e possivelmente será grave, tanto mais com os vários fatores de risco associados, a seca, tanto mais fragilizada com a possível falta de combate de meios aéreos, das dimensões antes referidas. -----

-----Ainda sobre a matéria e entroncando-se naquilo que é o Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios, questionou se todas as bocas incêndio (água), estão referenciadas e operacionais, aconselhando que deverá ser feita "verificação", fazendo deste modo uma prevenção, antes da época de incêndios, para caso seja necessário estarem operacionais. -----

-----Questionou ainda, qual o ponto de situação do Restaurante Lago Verde.-----

-----A terminar deixou uma palavra de apreço, porque finalmente "acabaram com os contentores. Felicitou deste modo o Executivo, por ter otimizado os meios e "acabado com aquela vergonha".-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Sr. Américo Rocha**, referiu que algumas questões, já foram efetivamente colocadas, no entanto questionou o executivo da viabilidade da continuação da melhoria do acesso à EN2, (saída de Pedrógão Grande, passando pelo cruzamento do Vale do Barco), como seria o expetável, não acabando deste modo abruptamente e serem cerca de trezentos metros.-----

-----Referiu-se à Rua Nossa Senhora da Luz, Largo Luís de Camões, a antiga Tapada da Eira, agora com a urbanização, sendo que do lado direto junto aos muros, não existe passeio. Considerou que aquela zona está um pouco abandonada, inclusivamente ficar sempre uma parte por limpar, lamentando que não tenha o mesmo tratamento do resto da vila. Ainda o problema de trânsito, inclusivamente referiu já ter havido acidentes, sendo o estacionamento pouco ordenado, ou nem existir, ou ainda não cumprirem as regras de estacionamento.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Ricardo Simões**, começou por cumprimentar os presentes, dissertando sobre a seca e não haver soluções viáveis e rápidas, prosseguiu e disse ainda estar-se atravessar tempos modernos, novas realidades e novas adaptações. De seguida questionou o estado dos baldios, da Autarquia. -----

----Questionou ainda o ponto de situação da reordenação da floresta, o que está a ser feito e ponderado, pois em sua opinião e supostamente após os incêndios de 2017, deveria ter sido feito um reordenamento. Referindo-se à zona do interior pinhal norte, considerou cada vez ser tudo, menos pinhal. -----

----A terminar lamentou o estado degradado das vias de circulação do concelho, algumas disse estarem intransitáveis e em sua opinião, merecerem alguma reformulação. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Nélia Alves**, começou primeiro por felicitar o executivo por algumas situações que tem constatado, nomeadamente terem acabado com os contentores e ter efetivamente conseguido realojar todos os trabalhadores “na casa mãe”. Disse ainda ter-se dado dignidade a quem é atendido e a quem trabalha.-----

----Seguidamente felicitou de igual modo o executivo, por ter assumido o “Compromisso de Pagamento Pontual” a fornecedores no passado dia 20 de janeiro. -----

----Disse ser do seu agrado a celebração de eventos tradicionais, nomeadamente o carnaval, os passeios pedestres, pois o concelho de Pedrógão Grande, de grandes tradições, necessita destes eventos para se revitalizar. Disse ainda serem “pequenas coisas que fazem grandes eventos”.-----

----Questionou de seguida qual o ponto de situação da modernização e atualização do site, disse saber estarem a trabalhar certamente, no entanto salientou que o correio eletrónico, o Instagram e Facebook estão sempre mais atualizados, que propriamente a página oficial do Município. Gostaria que aquela estivesse com as informações mais atualizadas, enquanto se aguarda pelo novo site. -----

----Disse concordar com o referido pelo senhor Américo Rocha, em relação à beneficiação da estrada que liga o cruzamento do Vale do Barco à EN2, parecendo-lhe ser uma fronteira, dois territórios, aconselhando o Município a investir nos poucos metros que faltam efetivamente, para harmonizar a zona. -----

----A terminar colocou ainda a questão relacionada com as ações de promoção relativamente ao turismo para Pedrógão Grande, lamentando pois o estado do nível de caudal das águas da albufeira e em consonância com o referido pelo Dr. Rui Capitão salientou ser a Barragem do Cabril, um cartão-de-visita, no entanto salientou que “temo-nos que reinventar”. Questionou ainda que ações de promoção, estão a ser pensadas relativamente à parte do turismo, sendo de opinião que com a EN2 a passar no concelho, esta matéria não deverá ser descurada. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, começou por cumprimentar todos os presentes. -----

----Associou-se aos votos de solidariedade para com a Ucrânia, situação impensável no nosso século, com consequências terríveis para aquele País, mas também para o mundo. Prosseguiu e disse, os ditadores têm que ser depostos e espera que a Comunidade Internacional, a Europa a América e o resto da comunidade possam perceber e possam ajudar de modo a que a Ucrânia possa ser livre.-----

----Demonstrou a sua satisfação em relação às formações que a ANAM tem proporcionado, destinadas aos eleitos locais. Assistiu a parte da formação e disse ter ficado agradada. Agradeceu deste modo, ter sido disponibilizada aos eleitos desta Assembleia Municipal. -----

----Lamentou que os editais da Assembleia antes de os rececionarem, apareçam sempre primeiro “na rua”, pelo que solicita que os mesmos sejam disponibilizados, no próprio dia da sua elaboração, por email, no entanto concluiu ser “uma velha questão”.-----

----Prosseguiu e solicitou que as Atas da Câmara Municipal, fossem divulgadas atempadamente, pois é o único modo de termos conhecimento das matérias tratadas nas reuniões da Câmara Municipal, de relevância para todos. -----

----Uma questão mais real e deveras preocupante, para si e muitos munícipes disse ser a questão dos javalis. Animais de porte considerável, cada vez serem em maiores quantidades, destruindo tudo por

onde passam, sendo que os pequenos agricultores, vêm deste modo a sua subsistência ameaçada, desmotivando-os da produção de novas culturas. Referiu ainda que Inclusivamente os javalis são avistados diariamente junto das casas. Salientou a existência de um clube de caçadores, a quem são dirigidas as montadas e todas essas atividades inerentes, pelo que em sua opinião se deveria solicitar que fosse revista esta questão preocupante ou inclusivamente junto do Ministério da Agricultura, pelo que solicita ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que tenha em apreço essa diligência.-----

----Solicitou o ponto de situação relacionado com a largada das vespas dos galhos dos castanheiros, não sabendo o que a Autarquia fez nesse sentido, sabe que essas largadas ocorrem em Março, nem sempre na mesma localidade, se está pensada, quantas estão equacionadas e onde. Esta preocupação prende-se com os vários munícipes que investem neste tipo de plantação, pelo que solicita que seja salvaguardada esta questão. Ainda na questão da vespa asiática, questionou também até que ponto ela está controlada/combatida.-----

----Prosseguiu solicitando de igual modo qual o ponto de situação das estradas municipais, ou diria dos caminhos municipais pelo que se apercebeu a situação estar preocupante. Referiu já termos o plano de defesa contra incêndios, pelo que esta questão, não deverá ser de modo nenhum descuidada. Lamentou os incêndios e a experiencia devastadora daqueles, inclusivamente o que nos assolou, em Junho de 2017.-----

----Disse não saber quais são as aldeias que vão ser contempladas nas limpezas, nos 100 metros em redor.-----

----Em relação á seca referiu que as barragens não podem laborar/produzir energia com o nível de água abaixo dos 60%, no entanto e no seu entender considerou ser demasiada seca simplesmente só pela falta de pluviosidade, pelo que solicita que sejam feitas diligências naquele sentido. -----

----Outra questão prende-se com a hipótese de a barragem da Bouçã reunir condições, para que os meios aéreos, nomeadamente os “canadares” se aprovisionem de água.-----

----Referiu sempre que há uma temporada de seca, é seguida de grandes enxurradas, questionando se todas as linhas de água estão a ser suficientemente limpas, para acautelar possíveis constrangimentos.

----Referiu que junto à Pinhais do Zêzere, a Iluminação à noite ser péssima.-----

----A terminar dissertou sobre a página do Município, pagina Web não estar atualizada, referindo que a do facebook está, no entanto disse que nem todos têm essa acessibilidade, pelo que em sua opinião solicitou que seja colocada a informação mais importante e não a tão relevante.-----

-----O **senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raul Garcia**, referiu que interpretando a orientação de todas as bancadas aqui presentes e nesse sentido, a Mesa irá elaborar um texto para remeter à embaixada da Ucrânia, manifestando assim a posição dos membros da Assembleia Municipal. Infra, transcreve-se o mesmo. -----

----Referiu ainda que em relação ao médico, nenhum se candidatou aquando da abertura do concurso e o lugar deste modo continuar por ocupar. -----

“Voto de Solidariedade para com o Povo Ucrâniano e de Repúdio por aquela invasão bárbara, por parte da Rússia.”-----

O Povo Ucrâniano atravessa neste momento, uma tremenda dor e desolação, dado ter sofrido um ataque bárbaro e invasão por parte da Rússia, vendo as suas vidas ameaçadas, destruídas e o seu País agredido, pelo que a Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, reunida na sessão ordinária do dia 25 de Fevereiro, deliberou por unanimidade manifestar a sua posição, endereçando um “Voto de Solidariedade para com o Povo Ucrâniano e de Repúdio por aquela invasão bárbara, por parte da Rússia”.-----

“Dado que a Nação Ucrâniana sofreu um ataque bárbaro e invasão por parte da Rússia, um agressor autocrático e ditatorial, na madrugada do dia de ontem, com forças terrestres e bombardeamentos de alvos em várias cidades, sendo sem dúvida uma ofensiva militar naquele País, tanto mais não provocada e injustificada.”-----

Considera-se ainda ser essa invasão, uma violação grosseira do direito internacional, um atentado aos direitos humanos e uma violação dos acordos e tratados de paz internacionais, minando deste modo a segurança e a estabilidade da Ucrânia e inclusivamente da Europa e do Mundo. -----

Lamenta-se e condena-se veemente a perda de vidas e o sofrimento humano do Povo Ucraniano, que vê as suas vidas ameaçadas e o seu País agredido, famílias destroçadas, desmembradas, onde o sofrimento atroz dos que ficam e lutam, bem como dos que partem sem rumo à procura de paz. -----

Apela-se para que cessem imediatamente as hostilidades e que as forças agressoras abandonem o território Ucraniano, respeitem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia e que a Paz seja uma realidade célere, para bem das Nações e da Humanidade.-----

Saúda-se, pois, o Estado, População Ucraniana e a Comunidade Ucraniana em Portugal. -----

A presente missiva será dirigida à Embaixada da Ucrânia em Portugal, manifestando deste modo o apoio e uma total solidariedade ao Povo Ucraniano, resiliente e determinado e repudiando a ofensiva militar da Rússia” -----

O presente voto foi aprovado por unanimidade pelos Membros da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, eleitos pelo Partido Social Democrata (PSD), Partido Socialista (PS) e Partido do Centro Democrático Social (CDS-PP).” -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes, em relação à matéria explanada pelo Eng.º Luis Crespo disse que “agradecia e gostaria que colocasse essas questões previamente, no entanto poder-lhe-ei dar algumas respostas, porque contactei o técnico e poderia estar presente caso soubesse que essas questões iriam ser colocadas. Mas a título de informação, que será naturalmente aprofundada, passo a dizer-lhe o seguinte e relativamente ao PDM, a Câmara Municipal assinou o contrato com a avaliação ambiental estratégica esta semana. Hoje fechou as propostas na reunião com a equipa do PDM. Houve muitas propostas da população, o exemplo fala inclusivamente de uma empresa que também deu o seu contributo. Até ao final do mês de Março, vai ocorrer uma conferência de serviços com todas as entidades. A APA (Agência Portuguesa do Ambiente), a CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) entre outras, após as indicações destas entidades vai ser moldada para estar concluído até 31 de dezembro de 2022, conforme a lei obriga. Como este procedimento de alteração vai terminar em abril, já não se pode prorrogar o prazo. Após a conferência de serviço, será aberto novo procedimento onde constará a continuação dos estudos e planos efetuados, até agora de forma a concluir até 31 de dezembro. O técnico esteve em Aveiro hoje a fechar as propostas. Que analisamos no nosso gabinete as várias propostas, que a lei só obriga a redefinir os espaços urbanizáveis, industriais e de habitação e a classe de espaço de áreas de edificação dispensa que abrange cerca de 30 aldeias do concelho, o resto mantém-se sendo que a existir propostas pontuais que serão analisadas pelas entidades. A alteração é de cerca de 15% do PDM e decorre da nova lei de solos urbanos rurais é o que o apraz dizer sobre a informação do técnico.-----

Ainda assim agradecia que solicitasse e que fizesse essa sugestão por escrito para ser devidamente pormenorizadamente informada.”-----

----Prosseguiu e referindo-se à Piscina Municipal, disse não ter boas notícias para dar, dado terem tentado “ressuscitar a candidatura da eficiência energética”, no entanto foram desenganados por parte da CCDR. Atualmente adquiriram-se condensadores e ainda disse estarem encomendadas as caldeiras para os banhos, utilizando-se o gaz e as “pellets”. -----

----Em relação ao Bar é intenção concessioná-lo brevemente. -----

----Em relação ao Lago Verde referiu que até ao final de Março, a anterior firma sairá. Irão fazer o processo de avaliação do imóvel, estando nas expectativas aliená-lo, acreditando que a iniciativa privada está mais vocacionada para a gestão mais eficiente daquele espaço. No entanto ainda estão a ponderar qual o tipo de ação, se a concessão ou a alienação.-----

----Prosseguiu e referindo-se ao médico, disse o Dr. Raúl Garcia já ter explicado o ponto de situação. Prossequindo referiu que inclusivamente para abertura do processo de candidatura para o médico veterinário foi difícil, para assegurar o protocolo com o Matadouro Regional do Zêzere. -----

-----Quanto á Barragem do Cabril e á seca, referiu que na última reunião de Câmara Municipal, fizeram uma declaração de preocupação a circular pela EDP e pelo Ministério do Ambiente, mostrando a preocupação que o Município tem neste momento, relativamente aos níveis e de todos os problemas relacionados com essa matéria. Referiu ainda não saber da operabilidade da Barragem da Bouça, relativamente aos meios aéreos. Referiu ainda a preocupação em relação aos painéis fotovoltaicos e a mesma ter sido transmitida à CIMRL.-----

-----Em relação ao senhor Eng.º Carlos Roldão disse ser um projeto de mais-valia, estando a equacionar outra reunião com aquele Município, para aplicar no terreno o projeto relacionado com os jogos didáticos (xadrez, damas etc.).-----

-----Em relação às obras na avenida, referiu ter solicitado aos técnicos soluções, os quais efetivamente apresentaram algumas propostas que estão a ser analisadas, para acautelar futuros acidentes.-----

-----Em relação á limpeza dos estradões e caminhos florestais, bem como as bocas-de-incêndio estão operacionais, referindo terem inclusivamente reunido com a Proteção Civil.-----

-----As aldeias seguras e os condomínios da aldeia, estão a decorrer.-----

-----**O Vereador da Câmara Municipal senhor Eng.º Luis Correia**, cumprimentou todos os presentes e referindo-se às limpeza dos estradões, informou ter sido aprovado o Plano Municipal da Limpeza da rede viária e florestal, começando logo que possível com essas limpezas, refletidas nesses mesmos planos. Salientou que inclusivamente estão a ser coadjuvadas com as Juntas de Freguesia, podendo ainda complementar as limpezas noutras estradas, sempre que se justifique essa necessidade.-----

-----Em relação ao site do Município, procederam ao levantamento de requisitos funcionais e não funcionais, para posteriormente procederem à contratação de serviços, para desenvolvimento dessa mesma plataforma.-----

-----Em relação às atas irão ter em consideração, dado que efetivamente a última da Câmara Municipal é datada de 13 de janeiro.-----

-----Em relação à iluminação junto à Pinhais do Zêzere, considerou a zona envolvente àquela estar efetivamente mal iluminada, pelo que irá ser analisada e reportada a quem de direito.-----

-----Em relação às Vespas dos Castanheiros irão fazer uma luta biológica, irão largar um parasita que irá mitigar esta praga, não havendo ainda agendamento.-----

-----Em relação á atualização do site, disse efetivamente não estar a mesma atualizada de forma constante, no entanto registam a nota e irão melhorar.-----

-----Disse não estar ativa a comissão de trânsito atualmente, referiu ter a mesma sido criada em 2020, estando a equacionar a sua reativação. Prosseguiu e como referido pelo senhor Américo Rocha, salientou não ser uma obrigatoriedade mas será algo a ter em conta, para melhoria da segurança rodoviária. Solicitou ainda que fizesse chegar a situação em concreto para ser analisada, pelo que posteriormente procederiam em conformidade.-----

-----Em relação ao turismo, referiu existir um conjunto de ações que se está a desenvolver, nomeadamente a certificação do concelho de Pedrógão Grande, no âmbito de uma estação náutica. Usufruir de obra que existe, criando uma rede por diversos artistas, de harmonia com o saber das populações, em conjuntos com vários concelhos limítrofes do de Pedrógão Grande. Informou que dia 23 de Abril haverá uma atividade em pareceria com a Moto Clube do Porto, que irá abarcar os três concelhos, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera. A primeira etapa terminará em Pedrógão Grande. Dias 8 e 9 de Abril irá passar o Rali Verde Pino, com participantes de renome. Ao nível do posto de Turismo estão a renovar os mapas, para que os turistas possam levar informações mais atualizadas, ainda assim criaram autocolantes no âmbito da Estrada Nacional 2, para que o nome de Pedrão Grande “chegue mais longe”. A terminar, referiu ainda estarem a trabalhar no Plano de Turismo, que será para criação de uma estratégia estruturada, para potenciar o turismo em Pedrógão Grande.-----

-----**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, mostrou-se agradado pela forma como o executivo dá respostas às questões apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal. Salientando ser raro nos últimos anos, ser efetivamente gratificante, inclusivamente para as questões técnicas e com

a dignidade apresentada! Agradeceu as “démarches” que fizeram em relação às Barragens, no entanto solicitou ainda que junto da CIMRL, ANMP e sobre estes reservatórios de água, sensibilizá-los para a nossa zona, e em sua opinião que cada vez mais servem como reservatórios e nem tanto à produção de energia elétrica, face ao flagelo que são os incêndios. Referiu ainda que junto da EDP, seja feito um alerta para a proteção e preservação dos mesmos. -----

-----Em relação às piscinas lamentou e referiu não conseguir perceber que se tenham gasto trezentos e sessenta e tal mil euros para tornar o edifício mais sustentável e agora estar em condições piores. Lamentou que o Município tenha que pagar a eficiência energética e pagar o diverso material. Questionou qual o custo do montante dos dois equipamentos, que vão ficar a funcionar sem qualquer tipo de eficiência energética. Acrescentou ter havido negligência, incúria e má gestão em qualquer lado, e em sua opinião disse, não ser do atual executivo. -----

Em relação à máquina junto à Gimadi, funcionando como um cadeado, se está funcional. -----

-----Prosseguiu e referindo-se ao fatídico incêndio em 2017, nos reservatórios de água não havia geradores. Na altura aqueles eram tratados pela Empresa “Aguas do Centro”, tendo faltado a luz e logo a água de seguida e em consequência assistimos á tragédia. Dissertou sobre o tema, referindo aquela ter trazido dois ensinamentos; “que um político não tem só responsabilidades políticas, também criminais por omissão”, pelo que considerou necessário enviar uma preocupação ÉPAL e/ou APIN, questionando se têm geradores, dar-lhes essas responsabilidades, porque são obrigados a ter, a fim de em caso de falha de energia, precaverem-se com os mesmos e que deste modo a água não falte às populações. -----

-----Quanto à Agenda Cultural informou a necessidade de estarem em uníssono com todas as associações do concelho. Referiu ainda que seja elaborado um caderno de encargos informando as atividades que pretendem realizar, com a projeção de três ou quatro atividades de relevo e com datas, para possibilitar essa referida agenda e não só explanadas no Plano de Atividades. Também quando houver o site otimizado, se colocar esse cartaz anual de atividades culturais, salvaguardando a não sobreposição de cartazes individuais. -----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, referiu que toda a matéria em apreço irá ser coordenada, com o Coordenador da Proteção Civil.-----

-----Prosseguiu e disse o Executivo já ter dado conta da falha daquele bocado de pavimentação na ligação à EN2, junto do cruzamento para o Vale do Barco, pelo que informou já estar a ser equacionada, junto dos técnicos. -----

-----Em relação ao Rali Verde Pinho, acrescentou ser composto por carros clássicos, com condutores de renome, que irão efetuar um itinerário pelo concelho e ainda irão permanecer estacionados, por algum período de tempo, para que os munícipes os possam apreciar. -----

-----Quanto aos Baldios Municipais, disse que existem alguns, sendo um deles inclusivamente gerido por uma Junta de Freguesia. Em relação a associações de compartes, referiu ainda “não se ter lá chegado”.

-----Em relação à reordenação floresta, lembrou que a maior parte é privada. Disse o Executivo estar a desenvolver esforços, para efetuarem limpezas de faixas de combustíveis. Ainda integrados num plano da paisagem área, disse estar a ser Mega Fundeira. A APFLOR está a trabalhar a área integrada da gestão da paisagem do Lapão. Informou estar-se a fazer o cadastro gracioso no BUPI, acreditando, pois, que será com estas figuras, que se poderá reordenar a floresta. Prosseguiu e disse ter-se feito algumas ações de sensibilização, no entanto tem sido difícil. Ainda em sua opinião e com o Plano de Revitalização do Pinhal Interior, bem como das candidaturas às quais os privados e públicos recorrem, podendo assim deste modo conseguir-se uma floresta mais segura. -----

-----A terminar a sua intervenção referiu que aquelas vias têm sido intervencionadas pelas Juntas de Freguesia, assim como haverá outras pelo Município. As infraestruturas danificadas pelas tempestades Elsa e Fabian, estão a ser reprogramadas com o acompanhamento da CCDR. Algumas serão por administração direta, sendo que se está a equacionar a abertura de concursos, de igual modo. -----

-----**O Membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira**, disse ter duas questões a colocar, sendo a primeira dirigida ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e relativamente à proposta de

um voto de solidariedade à Ucrânia, questionou se não seria de colocar à consideração da Assembleia Municipal. -----

----- Em resposta o senhor Presidente da Assembleia Municipal **Dr. Raúl Garcia**, informou que se irá providenciar o texto, sendo à posteriori ajustado e em consonância, com os dois líderes das bancadas. --

-----A outra questão foi dirigida ao senhor Presidente da Câmara Municipal e referindo-se ao enquadramento do turismo religioso, disse não saber ao certo quando se realizam as festas solenes tradicionais, organizadas por parte dos responsáveis da Fábrica da Igreja e da Santa Casa da Misericórdia, nomeadamente as cerimónias do Senhor dos Passos e da Semana Santa, questionando se está a ser equacionado algum tipo de apoio, por parte da Autarquia. Em sua opinião, disse ser considerado um evento marcante, relevante das origens e raízes do povo Pedroguense, podendo ainda ser visto como um acontecimento histórico, inclusivamente no âmbito regional e nacional e deste modo potencializar a vinda de muitas pessoas a Pedrógão Grande. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal **Dr. António Lopes**, referiu estarem abertos a soluções. ---

-----**O Membro da Assembleia Municipal Eng.º Luís Crespo**, dissertou sobre as três barragens constituírem a Cascata do Zêzere e como vai ser colocada a questão ao Ministério do Ambiente, dado que um dos princípios e quando construídas, foram pensadas para que turbinassem para a produção de energia elétrica, posteriormente depois nas horas mortas, para que aproveitassem o excesso das águas, estas voltassem para montante e integrassem as albufeiras. Se houve produção de eletricidade, o excesso que existe não foi reaproveitado, questionou se a do Cabril, está preparada para esse fim e em sua opinião que deveria ser feito esse investimento. -----

-----**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Ulisses Quevedo**, informou que aquele sistema não está implantado nas Barragens do Cabril, Bouçã e Castelo de Bode, mas sim na Barragem da Agueira, que tem um complexo, a Barragem da Raiva, que não serve para produzir energia, mas serve para criar albufeira, para alimentar novamente. Cerca de 60% do caudal que passa na Barragem da Agueira, pode voltar para a mesma albufeira. -----

-----Prosseguiu e disse ser da mesma opinião que a Dr.ª Margarida Guedes, que seria interessante o senhor Presidente questionar a EDP se na verdade o desnível, a queda abrupta da albufeira se ficou a dever só à produção de energia elétrica, ou também a algumas obras de manutenção, porque efetivamente começou a baixar, ainda havia caudais significativos, não havendo, pois, certezas do motivo. Recorda que (inaugurada em 1954) e em 1980 esteve vazia devido a obras de manutenção, para consolidar fissuras não sabe qual poderá ser o motivo nos dias de hoje. Ainda sobre a capacidade de energia elétrica na barragem do Cabril, referiu que ela teria que ter, capacidade superior a 60% de armazenamento, para poder produzir energia, não sabe se tem turbinas mais eficazes ou não. Prosseguiu e referiu ter sido noticiado, que o senhor Ministro do Ambiente salientou que iriam interditar a produção de energia elétrica, em determinadas barragens incluindo a do Cabril. Referiu ter ficado surpreendido, pois pelo que é do seu conhecimento, esta não poder produzir estando tão baixa, pelo que deste modo, deverá ser efetivamente questionada a EDP, sobre esta matéria. -----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, lamentou o desapontamento dos municípios, dado estarem a ser prejudicados pela fauna; javalis e cervos. Disse ser complicado o “tratamento” destes animais, lembrando ter sido visionada uma batida no Facebook, tendo a mesma provocado comentários desfavoráveis e menos agradáveis. Prosseguiu referindo que não havendo predador natural, aqueles terão tendência para se multiplicar e consequentemente não havendo alimentação, irão estragar plantações dos municípios, no entanto informou que irão indagar junto do ICNF, o que efetivamente será possível ser feito para colmatar esta questão. -----

-----Relativamente às “Aldeias Seguras”, referiu serem equacionadas intervenções no Conhal, Pobrais, Nodirinho, Louriceria, Derreada, Vila Facaia e Marinha, ainda este ano. -----

-----Em relação às obras APIN, referiu que pelo Município foram entregues projetos, ainda que foram candidatados pela APIN. Foram seis obras candidatadas ao PROSEUR e as que foram adjudicadas: o sistema de saneamento de águas residuais de Pedrógão Grande, a localização das Derreadas, Lote A que

está já adjudicada bem como a de Vila Facaia, (falta só uma assinatura de um munícipe) Graça também. Vale do Barco e Vale de Góis ainda não. Tojeira já e Pedrógão Grande S. Mateus Lote F ainda não está. Continuou e disse que a APIN notou uma grande quebra, fugas de águas e usos indevidos, foram detetados efetivamente, candidatando à eficiência hídrica, o Caminho das Testeiras, Campelos, Pesos Fundeiros e Louriceira, outras candidaturas que eles efetuaram, com resolução destas fugas e perdas que irão contribuir positivamente para a rentabilidade e naturalmente depois para a repercussão na tarifa dos munícipes, assunto que poderá ser abordado com mais pormenor, noutra sessão caso seja esse o entendimento. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Raúl Garcia**, recomendou que no caso de terem questões mais técnicas, deverão fazer chegar à Mesa da Assembleia Municipal, que posteriormente as irá remeter atempadamente ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para que venha preparado, para dar as respostas necessárias e com mais exatidão. -----

*

2. Apreciação da informação escrita do Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, que relativamente à matéria em questão o Executivo Municipal congratula-se pelo fato de à data de 18 de fevereiro de 2022, a autarquia não possuir valores em atraso para com os seus empreiteiros. Prosseguiu e disse que relativamente a fornecedores o montante da dívida em causa se cifrava sensivelmente em 65.000€ (sessenta e cinco mil euros), e que a mesma dizia respeito a valores referentes a impostos e contribuições relacionados com os vencimentos do presente mês de fevereiro, tais como IRS, DGCI, CGA e Instituto Gestão Financeira, bem como a encargos tidos com as instalações, nomeadamente despesas com eletricidade. Dando continuidade à sua intervenção realçou o facto de o Município de Pedrógão Grande ter aderido recentemente à iniciativa Compromisso Pagamento Pontual, registando a autarquia prazos médios de pagamento da dívida inferiores a 30 dias. Finalizou a sua intervenção, tendo enumerado o conjunto de empreitadas e obras por administração direta, que à data se encontravam em fase de adjudicação e execução, respetivamente. -----

-----**O Membro da Assembleia Municipal Eng.º Luís Crespo**, referindo-se às obras resultantes das tempestades Elsa e Fabiem, questionou qual o ponto de situação, dado ter visto a publicação no DR, em que o concelho foi contemplado relativamente a auxílios financeiros. Presumindo, pois, que a candidatura já tinha por base projetos de arquitetura e engenharia, questionando o porquê de a obra ainda estar em projeto e não a concurso. -----

----Questionou ainda o ponto de situação do Pontão do Outão e do Parque de Caravanismo da Graça e o porquê deste último não constar da presente lista. -----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, referiu-se às obras decorrentes das tempestades Elsa e Fabien estarem a concurso. Informou que por parte da CCDRC, têm a promessa que a comparticipação dos financiamentos a fundos de energia, poderão chegar aos 60%. Inclusivamente já terem recebido algumas comparticipações adiantadas, no entanto algumas obras já foram executadas, outras serão abertas, e ainda por adjudicação direta. Em relação ao Parque de caravanismo disse estar o Executivo a analisar o projeto para o poder alterar, sem o desvirtuar. Lamentou ainda os concursos estarem a ficar desertos, possivelmente devido à grande subida de preços do mercado e estar-se a viver uma conjuntura muito “sui generis”. -----

-----**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, referiu ser a questão mais de caráter técnico, em relação às obras de execução, onde se lê “transporte de material da ex-unidade Fabril Gimadi para edifícios Municipais”, questionou o que lá estava e o que foi transportado. -----

-----Prosseguiu referindo o Executivo não ter ainda completado seis meses de execução de mandato, pelo que felicitou o trabalho que aquele está a fazer, em seu nome e em nome da bancada do Partido Social Democrata. Dissertou ainda e disse imaginar a diversidade de situações com que se depararam, desde negligentes a outras, não permitindo certamente avançarem com o Programa Eleitoral. Disse ter consciência dessas situações, no entanto referiu quererem transmitir um voto de conforto e ânimo, pois denotam não declinarem responsabilidades, inclusivamente respondem a problemas assertivamente e ainda dos quatro anos anteriores. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Raúl Garcia**, disse subscrever as palavras do Dr. Rui Capitão mas gostaria de incentivar o Executivo a começar a pensar no futuro e que o passado é efetivamente passado! -----

*

3. Propostas da Câmara Municipal

3.1. Apresentação e discussão do Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Pedrógão Grande, do ano de 2021. -----

-----Neste ponto o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raul Garcia, deu a palavra à Senhora **Presidente da CPCJ Dr.ª. Sandra Paiva**, para dissertar sobre o que tiver por conveniente e em relação a esta matéria. -----

-----A mesma tomou a palavra cumprimentando os presentes. Começou por dizer que apesar de todos os deputados terem na sua posse o documento, fez uma breve explicação do mesmo. -----

-----Referiu que o Relatório de Atividades da CPCJ de Pedrógão Grande não carece de aprovação por parte da Assembleia Municipal, no entanto há a obrigatoriedade de enviar para conhecimento, bem como ao Ministério Público. -----

-----Do relatório, a mesma referiu que fazem parte integrante a composição, funcionamento e atividade da CPCJ; plano de ação para 2022; caracterização processual do ano de 2021; regulamento interno e o extrato da ata de aprovação do relatório, em reunião alargada de 01 de fevereiro de 2022 e explicou sucintamente o que consta em cada ponto. Deu também conhecimento que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens tem novas instalações na Rua 5 de Outubro, agradecendo a preocupação do Executivo pela disponibilidade em garantir instalações condignas para funcionamento da referida comissão, sendo, pois, um espaço autónomo onde as pessoas podem ser atendidas com mais dignidade, sigilo e privacidade, cumprindo assim o disposto na Lei. -----

-----Referiu ainda que muitas das ações planeadas e constantes no Plano de Ação para 2021 não foram concretizadas, devido à pandemia, pois envolviam a comunidade e especificamente as crianças e tal proximidade não foi possível pelas razões conhecidas. -----

-----Informou que para o próximo ano estão pensadas algumas atividades, nomeadamente o Laço Azul e Caminhada Noturna dos Afetos, cuja sua realização depende da evolução da pandemia. Para terminar informou que, atualmente a Comissão tem 6 processos ativos. Colocou-se à disposição para responder a questões dos presentes, -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Raúl Garcia**, agradeceu pessoalmente à Dr.ª. Sandra Paiva e dirigiu esse agradecimento de igual modo, a todos os Membros da CPCJ, considerando ser um trabalho louvável, tanto mais já ter sido membro da CPCJ e ter experiência nessa matéria, salientou ser efetivamente um trabalho difícil e raramente reconhecido, lamentando que apenas o seja quando surge um problema. Lamentou também que à semelhança do que acontecia no passado, entidades com responsabilidades nesta matéria, não comparecem às reuniões, ausências essas, que acabam por

dificultar o trabalho das restantes, não colaborando e participando como seria o expetável. Agradeceu em seu nome e da Assembleia Municipal.-----

-----**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Ulisses Quevedo**, disse ter o senhor Presidente da Assembleia Municipal já referidos alguns aspetos relevantes, enaltecendo de igual modo o trabalho da CPCJ, no entanto questionou dizendo, não perceber o motivo de tantas faltas, inclusivamente na reunião de fevereiro corrente para aprovação do Relatório, nomeadamente as ausências de membros da Assembleia Municipal, do Centro de Saúde de Pedrógão Grande e GNR. Questionou ainda se essas ausências, não trarão constrangimento ao funcionamento daquela Comissão e se as faltas são efetivamente justificadas.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, começou por enaltecer o trabalho da CPCJ, considerando ser sempre um trabalho complexo e não reconhecido. Enalteceu também o Presidente da Câmara Municipal deste executivo, pelas instalações condignas que alocou para a Comissão, lamentando, pois, que o anterior Presidente da Câmara Municipal não fosse sensível a esta matéria. Ainda e em sua opinião considerou a Autarquia receber verba suficiente, para cumprir as obrigações legais, como as instalações. Disse também que entende que o símbolo da CPCJ deve estar bem visível para ser do conhecimento de todos. Enalteceu todo este trabalho em seu nome e do concelho, salientando, pois, a necessidade deste espaço ser identificado por toda a comunidade, para as famílias que necessitem de recorrer a este serviço, encontrem a privacidade e o sigilo, que tanto precisam. -----

-----**A Senhora Presidente da CPCJ Dr.ª. Sandra Paiva**, referiu que no que respeita às faltas às reuniões da CPCJ, estas são um eterno problema e o mais difícil de solucionar, a par das sinalizações recebidas. Dissertou sobre a matéria, referindo que a Lei refere que o trabalho da Comissão é prioritário, as entidades que enviam elementos sabem disso, lamentando, no entanto, que no terreno isso não se verifique.-----

-----Em relação às ausências à reunião de fevereiro, informou deverem-se a dois problemas: um foi a Covid-19, que afetou de igual modo alguns elementos, inclusivamente o Comandante da GNR, que se tem mostrado muito presente e colaborativo. Outro problema tem a ver com os representantes da saúde e da Educação na Comissão. Qualquer Comissário só pode fazer parte da Comissão por um período de nove anos, a representante da saúde já está há 10 e por essa razão, a Comissão Nacional obrigou à sua substituição, o que implicou ficar sem representante até que a mesma aconteça. Perante este facto, o Diretor Executivo do ACESPIN pediu prolongamento do mandato, por dificuldades de substituição, tendo o mesmo sido concedido até ao final do ano. Deixou ainda um agradecimento à Enfermeira Ana, pelo seu envolvimento e trabalho na CPCJ de Pedrógão Grande, sendo uma mais-valia enquanto representante dessa entidade. -----

-----No que respeita à situação da representante da educação, não há representante nem solução à vista para este problema, pois encontra-se de baixa médica, desde setembro e não foi ainda substituída, apesar da lei assim o afirmar. Esta matéria já foi colocada à consideração do Agrupamento de Escolas bem como da Comissão, no entanto ainda não houve solução para esta situação. O representante da Educação tem, por Lei, 17H30 afetas à Comissão, sendo a pessoa com mais disponibilidade para se envolver no trabalho realizado, tanto pela quantidade de horas afetas, como por ser o elo de ligação entre escola e Comissão. A par da GNR, a escola é o local de onde provem, a maior parte das sinalizações. -----

-----A comissão está a tentar encontrar uma solução junto dos intervenientes, pois a falta deste elemento causa um grande constrangimento ao acompanhamento processual e celeridade da intervenção. -----

-----**O Membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira** disse ter trabalhado com a Dr.ª Sandra enquanto Presidente da Comissão de Proteção de Menores, considerando ainda em sua opinião tratar-se de um Órgão de extrema importância para o concelho, por ter um papel preponderante no dia-

a-dia, de muita proximidade, junto da comunidade que deverá ser privilegiada, apoiada e acarinhada. Deste modo, felicitou o senhor Presidente da Câmara Municipal por criar um espaço em sede própria, considerando ainda que os apoios afetos ao funcionamento daquela Comissão, serão suficientes. Em relação às faltas/ausências em sua opinião deverão ser reportadas e as suas substituições deverem ser acauteladas.-----

-----**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, referiu ter ouvido a opinião de todos, no entanto o que a Dr.ª. Sandra referiu e sendo o papel da CPCJ sinalizar situações de perigo, ficou estupefacto e transtornado, com as ausências de elementos fundamentais e questionou hipoteticamente se os seis casos que estão em andamento, não poderiam ser mais, se efetivamente a escola tivesse um representante (deixou esta nota para a ata). Lamentou que a principal entidade não coloque e não substitua a pessoa que está impedida de comparecer, por razões ponderosas e considera que o Ministério da Educação deve ser alertado, questionando ainda se a CPCJ de Pedrógão Grande é menos importante que qualquer outra. Disse ainda que esta matéria carece de uma intervenção política, dado poder passar-se de seis processos, para vinte hipoteticamente se fossem diagnosticados atempadamente. Considerou ainda ser esta ausência deveras lamentável e não ser tratada com a devida atenção que merece por parte daquelas entidades. É preocupante quando uma das principais entidades falha e a pessoa que o pode sinalizar falta. A escola é o local onde as crianças passam mais de 50% do seu tempo, são vistos por professores, funcionários, colegas, que estarão de igual modo, mais sensibilizados para tratar aquela matéria e reportá-la à CPCJ, sinalizando, pois, algum problema. Considerou ser de uma gravidade tremenda o que se está a passar e espera rápida resolução. -----

*

3.2. Apresentação, discussão e votação da **Proposta de designação de dois membros da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão Municipal de Toponímia** nos termos da alínea b) do número um do artigo 3º do Regulamento Municipal de Toponímia. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Raúl Garcia**, referiu que no último mandato da Assembleia Municipal a maioria não deu oportunidade à oposição de se fazer representar, no entanto a nova maioria dentro do seu espírito democrático, vai aceitar a indicação pelo maior grupo da oposição (PS) do Dr. Ulisses Quevedo, do PSD o senhor José Lopes Nunes. O senhor Armínio David Fernandes não se disponibilizou para integrar esta Comissão. -----

-----Nos termos do Regimento tem que ser votado por voto secreto com indicação de sim ou não. -----

-----**O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, agradeceu a informação e referiu, não ter nada a ver, em relação a essa matéria no mandato anterior, no entanto considerou que a Comissão ficará bem representada também. -----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Raúl Garcia** nos termos do Regimento referiu ter que ser por voto secreto com indicação de sim ou não e após o ato **de designação de dois membros da Assembleia Municipal dos senhores José Lopes Nunes (PSD) e Dr. Ulisses Quevedo (PS) para integrarem a Comissão Municipal de Toponímia**, foi o mesmo aprovado por maioria com duas abstenções e dezasseis votos a favor. -----

*

3.3. Apresentação e discussão da **Declaração de Compromissos Plurianuais, Pagamentos em Atraso e Recebimentos em Atraso** à data de 31/12/2021. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Lopes**, iniciou a sua intervenção, referindo tratar-se de informação técnica, prosseguiu e relativamente aos pagamentos em atraso mencionou que uma vez mais o Município de Pedrógão Grande, à data de 31/12/2021 não possuía pagamentos em atraso, tendo de seguida informados os presentes que a autarquia havia aderido ao “Compromisso de pagamento pontual a fornecedores”, no que diz respeito aos compromissos plurianuais, e aos montantes que se encontram em tal declaração, disse tratarem-se basicamente dos encargos assumidos com empréstimos bancários, obras e empreitadas com carácter plurianual. Terminando a sua intervenção e referindo-se à Declaração de Recebimentos em atraso, referiu que estes ascendem a 80 mil euros, encontrando-se este montante desagregado pelas rubricas, nomeadamente consumo de água, águas residuais, resíduos sólidos, e rendas provenientes de edifícios da habitação social e outros edifícios e estarem os serviços municipais a desencadear os procedimentos administrativos tidos por convenientes para tratar tais importâncias.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. José Miguel Barão**, solicitou a palavra, tendo de seguida endereçado uma palavra de elogio e apreço à Câmara Municipal pelo facto de à data de 31 de Dezembro, não apresentar pagamentos em atraso a fornecedores, há mais de 90 dias. Mais mencionou, tratar-se de uma medida muito importante e de estímulo à economia, na medida em que se traduzia numa injeção direta de meios financeiros nas empresas e em última instância chegará às famílias. Relativamente aos recebimentos em atraso, questionou o Executivo Municipal se existia imparidade para estas cobranças duvidosas uma vez que se tratava de recebimentos em atraso que datam de 2015 e 2016. Prosseguiu na sua intervenção e disse que se não existir essa imparidade constituída nas contas do Município, em sua opinião e por prudência devia ser constituída, pois teria um impacto imediato nas contas, de reconhecer esse custo, no montante dos recebimentos em atraso, sendo que caso no decorrer do ano de 2022 ou no futuro, o Município conseguir recuperar estes recebimentos, essa imparidade seria revertida e o proveito reconhecido. Prosseguiu e disse “mandar a prudência” no entanto e acreditando ainda que essa imparidade esteja a ser equacionada com o Revisor Oficial de Contas, salientando que no entanto que caso não esteja, que deveria ser reconhecida nas contas do Município, a 31 de dezembro. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Lopes**, solicitou à Técnica Superior **Dr.ª Sandra Martins**, que dissertasse sobre o que tivesse por conveniente, questionando ainda se esta constituição da imparidade está a ser equacionada com o ROC. -----

-----**A Dr.ª Sandra Martins**, usou da palavra e respondeu afirmativamente, tendo mencionado que, os serviços municipais têm acautelado essa matéria. Prosseguiu, tendo referido que há sensivelmente três anos para cá, dada a obrigatoriedade de apresentar aos órgãos Executivo e Deliberativo estas declarações, nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), tem sido uma preocupação constante, dado tratar-se efetivamente de receita, que se encontra refletida pelos documentos emitidos e que se encontram espelhados, nas contas do município, pelo que se tem vindo a constituir provisões para cobranças duvidosas, entre outras, encontrando-se sanada a questão referida pelo Membro da Assembleia Municipal Dr. José Miguel Barão. -----

*

3.4. Apresentação, discussão e votação da Proposta de **Integração do Saldo da Gerência anterior através da Revisão Orçamental- Revisão Orçamental nº 1/2022**. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Lopes**, tomou da palavra mencionando que na documentação que havia sido facultada aos membros da digníssima Assembleia Municipal, constava o mapa de fluxos de caixa, permitindo a leitura do mesmo identificar as operações de apuramento do saldo de gerência, e com base nesse cálculo haviam sido efetuadas alterações ao orçamento inicialmente aprovado, consubstanciando assim a Revisão Orçamental nº 1. Avançou, e disse estarem

devidamente identificadas as origens dessas alterações, nomeadamente o reforço do saldo de gerência bem como a anulação da receita inicialmente prevista em orçamento e a contemplação das novas candidaturas. Concluindo a sua intervenção, disse ainda estarem contempladas as transferências de algumas competências, nomeadamente da área da saúde e da educação, que a autarquia terá que assumir a partir de 1 de abril. Prosseguiu e realçou que o orçamento inicialmente havia sido aprovado por dez milhões novecentos e noventa e oito mil euros...(10 998 435,00€), passando agora, fruto da presente Revisão Orçamental para treze milhões, e sessenta e um mil euros...(13 061 043,48€), lamentando que o futuro e a conjuntura de guerra; a inflação, taxas de juro, competências etc., não virão facilitar os trabalhos sobre a matéria. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, solicitou a palavra tendo efetuado uma dissertação sobre o tema, referindo que esta alteração orçamental era decorrente de saldos de gerência, quer da parte da receita quer da parte da despesa do ano económico de 2021, serem saldos decorrentes do exercício anterior e constatou estes valores não terem sido apresentados, salientando que os mesmos só deveriam ser aprovados na sessão da Assembleia Municipal de abril aquando da apresentação de contas. Prosseguiu e questionou porque só foram apresentados nesta data?-----

-----**O presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, solicitou à **técnica Superior Dr.ª. Sandra Martins** - que prestasse os esclarecimentos tidos por convenientes, pelo que a técnica procedeu em conformidade. Iniciando a sua intervenção a **Dra. Sandra Martins** referiu que vinha sendo hábito a aprovação e integração do saldo da gerência anterior, aquando da análise e apresentação das contas do exercício à digníssima Assembleia Municipal, confirmando desde modo a observação efetuada pelo Dr. Rui Capitão. Prosseguiu referindo que no ano passado, fruto de toda a legislação complementar proveniente da situação pandémica provocada pelo COVID-19, foi permitido que as Câmaras Municipais integrassem o saldo da gerência anterior mais cedo que o que vinha sendo habitual, dado que incorreram em despesas não previstas e não orçadas fruto do SARS-COV-2. Mencionou que o orçamento de estado para 2021, previa inclusivamente, a permissão para as Câmaras Municipais, poderem integrar o seu saldo de gerência, do ano transato, para fazer face as despesas e custos que entretanto haviam decorrido com a pandemia, antes da aprovação de contas. Mais disse, que a proposta de orçamento de estado para 2022, que acabou por não ser aprovada, também legislava no mesmo sentido, sendo que a diferença do orçamento de estado para 2021 e aquilo que era a proposta para o orçamento de estado para 2022, era que no primeiro referia que para integração do saldo de gerência, o órgão executivo teria que aprovar o mapa dos fluxos de caixa, e no segundo, isto é, na proposta do orçamento de estado para 2022, faz referencia ao mapa da demonstração do desempenho orçamental. Finalizou e disse nada obstar a que o Município possa integrar o seu saldo de gerência, desde que previamente tenha sido aprovado pelo seu órgão executivo tais mapas, situação esta que se verificou, tendo sido disponibilizados o mapa dos fluxos de caixa, o mapa da demonstração do desempenho orçamental e o mapa do resumo diário de tesouraria, à data de 31 de dezembro de 2021. Prosseguiu e realçou que as contas do Município não se encontravam ainda fechadas, encontrando-se a serem efetuados os lançamentos de especialização, mas mencionou que o resumo diário de tesouraria permite aferir o valor que transita em termos de saldo de gerência para o ano seguinte, tendo citado “(...) o que vos garanto é que independentemente de nós ca estarmos em abril a aprovar as contas do Município, o mapa do resumo diário de tesouraria e os fluxos de caixa, a demonstração do fluxo orçamental, o valor do saldo de gerência que consta dos mesmos, não sofrerá alterações. Está fechado, não se fazem pagamentos com data de dezembro, ou seja dia 31 de dezembro assim que a colega da tesouraria fecha, fecha efetivamente. Em termos de pagamentos e recebimentos não há mais qualquer reflexão, sendo o saldo que transita e não ser possível mexer em mais nada. Diferente é os lançamentos de especialização de exercício, que tem intervenção nas contas de balanço.”-----

-----**O membro da Assembleia Municipal senhor Américo Rocha**, considerou ter sido bem esclarecido pela Técnica Dr.ª Sandra Martins, pois só pretendia ter a certeza se a conta de gerência era incorporada no orçamento do ano seguinte à data de 31 dezembro, verificando-se este montante que

vai ser incorporado, por isso é que ele está em anexo, eram dez milhões.... e passou para treze milhões e deste modo concordou com esta metodologia, pois considerou em sua opinião ser mais fiável, o que é efetivamente o montante que o Município dispõe para a sua gestão e depois, como é a distribuição do monte global, que fica efetivamente distribuído. Agradeceu a explicação da técnica. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. José Miguel Barão**, pediu a palavra e disse ter compreendido as explicações dadas pela técnica superior Dr.ª Sandra Martins, tendo agradecido as mesmas, mais referiu ter inclusivamente, sido devidamente esclarecido. -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou tratar-se de uma regra excecional, ou uma regra definitiva. -----

-----**A técnica Superior Dr.ª Sandra Martins**, esclareceu o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo tratar-se de uma solução que havia sido preconizada para 2021, constando também na proposta inicial do Orçamento Estado para 2022, quanto ao que se perspetivava para o futuro, mencionou não saber responder.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª. Margarida Guedes**, em sua opinião disse que a integração deste saldo de gerência numas rubricas que foram reforçadas, outras que foram criadas, outros montantes que foram anulados, diria que seria importante de algum modo, refazer algumas situações orçamentais que não estariam consolidadas, sem o saldo de gerência. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Ulisses Quevedo**, disse pretender abster-se da votação no sentido de haver situações que não percebe, nomeadamente da análise dos mapas, mas em sua opinião considerou haver situações de opções políticas, questionou por que razão é que nuns casos houve anulação de verbas e noutros houve um reforço. Exemplo na rubrica da Assembleia Municipal uma anulação de 27 mil euros entre outros exemplos e noutros lados ter aumentado. Opção que não conhece o que esta por trás, só por essa questão é que será o seu sentido de voto, acrescentando que não pode votar um documento, que não está a perceber. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Lopes** respondeu tratarem-se de questões técnicas, nalguns casos de movimentação de despesa corrente para reforçar uma contas e baixar noutras. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª. Margarida Guedes** Resultando esta no saldo de gerência de uma disposição legal as opções da sua integração e distribuição pelas diferentes rubricas ou criação de novas é simplesmente uma opção política e é nesse contexto que a opção política é do executivo municipal e é nesse sentido o contexto da nossa abstenção. -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, colocou a votação o ponto 3.4. Apresentação, discussão e votação da Proposta de **Integração do Saldo da Gerência anterior através da Revisão Orçamental- Revisão Orçamental nº 1/2022**, tendo sido **aprovada por maioria com seis abstenções**.-----

*

3.5. Apresentação, discussão e votação da proposta de **prorrogação do prazo de transferência das competências para as Autarquias Locais no domínio da Ação Social**.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Lopes**, referiu este ponto, ter a ver com a prorrogação do prazo de transferência das competências para as Autarquias Locais, nomeadamente

para Pedrogão Grande no domínio da Ação Social. Ainda disse ser certo que elas terão que ser assumidas nesta competência no dia 01 janeiro de 2023, pelos motivos que são inventariados em legislação própria. Disse não haver condições para aceitar em 01 de abril de 2022 da Ação social, dado não haver por parte da Segurança Social formação técnica adequada, às funções que são assumidas pela Autarquia para valorização e eficácia do desempenho e ainda não se encontrarem clarificadas algumas definições dos diplomas legais em matérias de competências Municipais. A possibilidade de prorrogação do prazo apresenta-se vantajosa, pois vai dar para acomodar o planeamento duradouro, algumas implicações financeiras, humanas e organizacionais de uma forma mais rigorosa e consistente, aquando da transferência. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira**, dirigiu-se ao senhor Presidente do Município com conviência do senhor Presidente da Assembleia Municipal, referindo que tem a ver com as outras áreas e não a social. Questionou assim, se na área da educação e da cultural desportiva, se efetivamente já há alguma previsão temporalmente falando, se o Município tem uma decisão de avançar, para assumir ou aceitar essas competências. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Lopes**, referiu no ponto anterior ter-se verificado que uma dessas alterações foi efetivamente, a de assumir-se a transferência de competências na área da educação e da saúde. Em abril de 2022, estarão reunidas as comissões de acompanhamento com o Ministério da Educação, com o ACES- Saúde e que irá ser feita a transferência dessas competências de pessoal e inclusivamente das instalações. Estas já estão definidas bem como as categorias nomeadamente dos assistentes operacionais e toda a matéria envolvente bem como do financiamento que vai ser feito em função dessa transferência. Os edifícios irão ser avaliados, bem como o estado em que vão ser entregues e acautelar os problemas que tenham. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, referiu que em relação às delegações de competências, tem-se adiado o problema, simplesmente agora são impostas, prosseguiu e referiu compreender toda essa matéria. Questionou e referindo-se ainda à Educação e ao edifício Miguel Leitão de Andrade, a propriedade e a manutenção vão passar para a alçada da Câmara Municipal e se com exceção do corpo docente, todos os funcionários também virão, bem como o poder disciplinar e ainda o pacote financeiro. -----

-----Sobre a matéria a senhora Eng^a Dora Rodrigues confirmou e informou se caso houvesse uma intervenção de fundo, manutenção e conservação do edifício, a tutela estaria disponível para participar. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Lopes**, referiu ser o financiamento anual, mediante uma grelha, e será analisada toda essa matéria e inclusivamente será feito um levantamento dessas necessidades. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal senhor Américo Rocha**, considerou ser esta matéria cara e ter a ver com as opções políticas. Salientou ter-se protelado e ir-se-á até ao limite do prazo, no entanto as Autarquias estão direcionadas para participar na qualidade da vida das pessoas, dado a proximidade e conhecimento destas realidades. Lamentou que na questão da Ação Social, não seja também integrada e referiu ainda ser favorável à descentralização, às transferências de competências, no entanto a sua intenção de voto disse ser a abstenção. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira**, relativamente a esta matéria disse ser sempre favorável à descentralização e desconcentração de poderes, dadas as regiões do interior precisarem efetivamente destas sinergias. Deixou um alerta ao Município nomeadamente algumas reservas, quanto ao processo negocial. Salientou que o Executivo, deverá ser muito cauteloso dado tratar-se de uma infraestrutura, ainda a questão da sua longevidade e a manutenção, pois considerou que poderá ou não, acarretar certas dificuldades. Disse haver valores a custear, pelo que deverão ser

quantificadas percentagens, valores exatos e o Executivo saber efetivamente com o que poderá contar, de modo a não se comprometer. Referiu ser este o seu sentido de voto, pelo que ir-se-á abster. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, referiu que correndo o risco de parecer desleal para com os vereadores do Partido Socialista que votaram favoravelmente, em relação a esta não transferência de competências, disse entender o seguinte: a transferência de competências foi pensada há bastante tempo e bem desejada pelas Autarquias, porque trás a estas maiores poder de decisão, proximidade, maior capacidade negocial, uma série de vantagens que se tem reivindicado ao longo dos tempos. Ainda que as autarquias consigam chegar mais e melhor aos seus Municípios, sempre tem a possibilidade de descentralização. Disse não estar em discussão, mas, no entanto, fez a comparação, entre as transferências da Educação e as da Ação Social no concelho de Pedrógão Grande, diria que a Educação em sua opinião irá dar muito mais problemas, primeiro porque são edifícios, e o ministério da educação não cuida dos seus edifícios, por falta de verba para o efeito. Considerou que no caso de haver uma janela partida, andarem imenso tempo para resolver a situação, agora no caso a Autarquia, não irá certamente descurar o assunto, se a intervenção assim o exigir. Ainda que os encargos na educação nunca serão pagos na totalidade, sendo tudo transferido à exceção dos técnicos superiores e dos professores e ainda em sua opinião considerou que na educação as Câmaras Municipais ficarão sempre prejudicadas, sendo que na Ação social considerou ser diferente. Salientou então que perante esta realidade, não pode concordar a com a não-aceitação da Ação Social, pois disse ser absolutamente prioritária. Considerou que não será tudo bom, mas haverá a hipótese de negociar e precisar-se urgentemente de Serviço Social, de proximidade e dado ter-se tantos municípios nas aldeias e não estarem a ser acompanhados, salientou não estar a recriminar a Autarquia, pois que inclusivamente disse fazer o que pode. Referiu ainda que se houvesse um serviço de proximidade maior e com as competências que se irá ter, poder-se-ia fazer melhor em sua opinião, apesar de se ter mais problemas a resolver, mas em contrapartida ter-se-ia outros recursos outras possibilidades. Prosseguiu e mais uma vez lamentou que deste modo será mais um ano, que em sua opinião se fica exatamente igual, mais um ano que não teremos serviço social de qualidade, não sendo pela incompetência de quem está, mas pela impossibilidade de ter maior atendimento. A concluir referiu não ver vantagem nenhuma em se adiar por um ano! A título de exemplo referiu que as CIM, não aceitaram, considerando que estão perto de tudo e a Segurança Social fazer a maior parte do trabalho, mas o que a preocupa disse ser o concelho de Pedrógão Grande, que ficará mais prejudicado socialmente, não recebendo as competências e ainda que se perde o poder negocial. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, disse então dado ser uma questão política, que o PSD, irá votar favoravelmente o que é intenção do executivo. Disse ainda concordar com a Dr. Margarida, dado esta matéria ser a terceira ou quarta vez que vem à Assembleia Municipal, inclusivamente quando aquela fazia parte do executivo e aquele sempre disse, não quererem a transferência de competências, até que seja inevitável. Acrescentou não discordar totalmente, o que não pode aceitar é que o governo do PS, queira fazer a descentralização, mas em relação aos pacotes financeiros, independentemente da quantidade, pouco diz e as Câmaras vão adiando. Deixou uma crítica à ANMP, que nunca defendeu os Municípios mais pequenos, disse que irá chegar o dia em que é imposta e os Municípios não estão preparados, ou mal preparados. Salientou que terá que se equacionar o valor, o espaço para os funcionários, toda essa logística. É uma responsabilidade aceitar, mas é solidário com o Executivo, quando este diz que neste momento, não temos condições pois desconhece-se os pacotes e não estar bem negociado. Disse ainda concordar com a Dr.ª. Margarida quando referiu que devemos aceitar. Disse que sempre foi solidário com os executivos, quer do PSD e PS, mantendo sempre a sua opinião, votando a maior parte das vezes a deliberação dos executivos, mas considerou ser a quarta vez, que “nos pronunciamos sobre o mesmo pacote ou semelhante”, e ainda que em três delas não viu o mesmo discurso do outro lado, que está a ver agora, apesar de legítimo. (deixa apontamento). -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr.^a **Margarida Guedes**, referiu a belíssima memória do dr. Rui Capitão, no entanto disse tudo ter a sua razão e o seu tempo, e se o “senhor tivesse um Presidente da Câmara Municipal como eu tive o senhor fazia exatamente o mesmo”, ainda que à época só eram as transferências de competências e não pacote financeiro e este era discutido depois e perante uma discussão financeira à posteriori, parecia impensável e ainda à época era tudo novidade. Disse ainda ter ficado agradada por a mesma não ter sido concretizada e ainda disse ser pessoalmente e frontalmente contra a transferência de competências na área da educação, no entanto disse seguir as regras. Referiu acreditar que futuramente será bem pior, possivelmente ver-se-á a parte negativa na parte da transferência da educação. Salientou não ser da mesma opinião em relação à área da saúde, pois transferem-se quadros mais baixos e tudo o que dá trabalho ao estado e despesas. Na Ação social o pacote financeiro vem associado, toda a matéria relacionada com envelope financeiro para o aluguer do espaço, valido à época e o que diz hoje é igualmente válido, tudo uma questão de negociação, lamentando mais uma vez não ser feita nessa data. -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, referiu que dada a sua experiência profissional trabalhar na área da saúde, mas também na da segurança social, teceu considerações que disse não serem políticas, mas sim práticas e reportando-se ao assunto que aqui está em discussão, disse que em relação a uma frase assinada pela Sandra Paiva, o deixou muito preocupado “...ainda não existiu por parte da Segurança Social, qualquer formação técnica ou orientação no sentido de adquirir conhecimentos com vista ao bom desempenho das funções que irão ser assumidas”. Disse compreender estarem mais focados no facto “daquela Ação Social” mais direcionada para o apoio às pessoas carenciadas e todas essas situações, que são do nosso conhecimento. Simplesmente referiu e por experiência própria que o “mundo da segurança social é extremamente difícil e complicado mesmo para os funcionários excelentes. Prosseguiu e disse que a Câmara iria enfim, ficar numa situação muito difícil e muito complicada, se aceitasse essa transferência de competências, sem que previamente se tenha assegurado esta formação. Tem que pensar-se, estarem em causa muitas vezes direitos essenciais das pessoas, direitos que as pessoas mais valorizam que são desde logo as reformas, os rendimentos sociais de inserção, todo um conjunto de situações cujas legislações não são claras, cujos funcionários inclusivamente da segurança social, terem muita dificuldade em lidar com aquela matéria. Salientou ainda que muito dificilmente alguém, sem experiência teria qualquer hipótese de fazer o que quer que seja, sem essa formação prévia. Podia pensar-se em aceitar as competências se fosse só na parte fácil, mas “acreditem que há uma parte muito complicada nesta transferência de competências” e apesar de não estar em discussão, disse ser apenas, um alerta para o Executivo. -----

-----A terminar e em relação à transferência de competências na área da saúde, alertou para dialogarem com os Presidentes das Juntas de Freguesia, referindo, pois, que os dois edifícios são propriedade daquelas Juntas de Freguesia e disse ainda que a Junta de Freguesia da Graça tem outro problema, relativamente a pessoal. Aconselhou deste modo que “será bom antes de qualquer compromisso falarem”. -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia** colocou a votação o ponto 3.5. Apresentação, discussão e votação da proposta de **prorrogação do prazo de transferência das competências para as Autarquias Locais no domínio da Ação Social**, tendo sido **aprovada por maioria com dois (02) votos contra, seis (06) abstenções e dez votos a favor**. -----

*

3.6. Apresentação, discussão e votação do **Regulamento da venda de Lotes da Área de Localização Empresarial de Pedrógão Grande (ALE)**. -----

-----O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Lopes**, começou por dissertar sobre a matéria, explanando o tema e fazendo o enquadramento, pelo que referiu que após a tomada de posse, foi

intenção do Executivo de questionar se haveria interesse por parte de vários agentes económicos em ter local para desenvolverem as suas empresas no concelho de Pedrogão Grande, mais referiu que foi intenção avançarem para a aprovação do projeto “Regulamento da ALE, pois era do conhecimento que o existente, não teria sido aprovado na Assembleia Municipal, que o conteúdo do aviso(da candidatura nº 153/2016/01 apoio à utilização de empresas), não estava perfeitamente definido e da posse do conhecimento de todos os senhores Deputados Municipais e nesse sentido foram feitas algumas alterações, apenas de pormenor e adequação conceitual e por se entender que a satisfação dessas condicionantes e postas no referido aviso, eram necessárias ao encerramento da candidatura, sob pena do seu não cumprimento levar a penalizações prejudiciais ao concelho. Pois como já referiu haver ainda potenciais interessados, de empresários que estarão interessados em investir. Foi aprovado na Câmara Municipal, porem disse ser neste Órgão que será aprovado, deixando à consideração. Informou terem recebido um contributo da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria relativamente a este tema, nomeadamente a alienação de bens imóveis no domínio privado das Autarquias e o procedimento da hasta pública e ainda esta semana em reunião com a CCDRC reparou-se não ser pacífico o entendimento de obedecer aos critérios daquele aviso, inclusivamente para os Municípios que aprovaram este Regulamento. Ainda assim, a CCDR vai definitivamente esclarecer e enviar para a próxima semana o seu parecer definitivo, face às inúmeras dúvidas e pedidos de esclarecimento, pelo que acreditam ser o mais adequado, que este documento seja devolvido à Câmara Municipal, de modo a que seja reanalisado de acordo com o parecer da CCDRC e que permita a produção de um Regulamento, que acomode os interesses do Município, com as exigências do aviso. -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, referiu o ponto ter sido retirado pelo Executivo, sendo inclusivamente do seu agrado, pois considerou não haver condições ainda, para decidir sobre este Regulamento por diversas razões, também pelas dúvidas suscitadas por entidades competentes em relação ao mesmo, sobre este tipo de Regulamento.-----

-----Mais referiu o assunto estar encerrado, no entanto questionou se algum membro pretendia acrescentar algo, no entanto sem ser vinculativo. -----

-----O membro da Assembleia Municipal **Dr. Rui Capitão**, referiu ter vindo e não ter sido aprovado, e em sua opinião continua a entender que jamais em momento algum o Executivo pode deixar que nesta ALE, se criem um conjunto de situações, como as que se criaram e que ainda são existentes na Zona Industrial de Pedrógão Grande e do Pinheiro Bordalo. Afirmou que o Executivo jamais em tempo algum, pode deixar de apreciar a “bondade do projeto” que lhe é submetido de uma empresa/ empresário, para ter um lote na zona industrial. Prosseguiu referindo que o colega ou jurista que fez o regulamento, não soube explicar esse critério de fator económico que está nesse aviso e não estar correto, pois isso estará cumprido a partir do momento que existe um mapa, o número mínimo de cada lote. Disse considerarem que o Executivo faz muito bem, acautelar o ponto, elaborar um regulamento seja qual for, que acautele sempre o poder de decisão da Câmara Municipal de não entregar um lote, só pelo maior valor. Disse ainda “é pelo maior valor e pela apreciação de mérito do projeto, porque é inconcebível que eu vá fazer um armazém para depósito do que seja lá o que for, que crie zero postos de trabalho e não possa ficar com o lote, porque não tenho mais valor monetário para dar, em relação a outro empresário que quer criar três ou quatro postos de trabalho”. Afirmou ainda não haver lei nenhuma que obrigue uma Câmara Municipal a adotar este tipo de estratégia, e ainda “esta zona industrial pisada a peso de ouro e depois que se vá esbanjar” acrescentou ainda ser inconcebível que um Executivo deixe de entregar um lote ou não, em função de quem dê mais. Considerou por bem o executivo retirar o ponto em questão, pelo que se congratula também pelo facto de estarem a trabalhar, no sentido de pedir pareceres, de querer fazer regulamento melhor, precisamente para evitar situações como as já referidas no passado. A terminar referiu o Executivo ter toda a “nossa colaboração e compreensão” pela retirada do ponto da ordem de trabalhos. -----

-----O membro da Assembleia Municipal **Dr.ª Margarida Guedes**, considerou precisamente ser da mesma opinião, pois considerou aquele ponto estar a criar demasiada problemática, para se poder

aprovar, mas considerou que de facto é “que nós queremos aprovar o regulamento”, pois referiu ser necessário que haja rapidamente um regulamento para aquela zona industrial, que “realmente foi pisada a ouro ou diamantes”, ainda disse ser necessário que seja aprovado, que seja apresentado um documento correto e rentabilizado, sem margem de dúvida para que ninguém possa descredibilizar o trabalho exímio e transparente, que todos pretendem, bem como para todos os que possam concorrer. Disse ainda ser um regulamento que interessa ao concelho e às pessoas. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira**, congratulou-se pela tomada de posição o que considerou ser, um ato de coragem. Em sua opinião referiu ser aquela área muito importante e fundamental em termos estratégicos, pelo que considerou fundamental a implementação com a maior brevidade possível, para o concelho de Pedrógão Grande. No entanto referiu o facto de ter que se aguardar algum tempo, será uma medida cautelosa, para que se possa avançar e que seja feito efetivamente um documento orientador, com alguma equidade relativamente a potenciais candidatos, que nos permita avançar dignamente com um espaço e potencializar aquela área. Ainda referiu que contribua para o desenvolvimento do concelho de Pedrógão Grande. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. José Miguel Barão**, disse não se debruçar propriamente sobre o regulamento, mas o que o apraz referir disse ser a nova área empresarial, que está a ser pensada, pelo que dissertou sobre a matéria e o que inclusivamente poderá ser feito, pelo que de seguida fez referência à área empresarial do Camporês, um centro de negócios ou ainda uma incubadora de empresas, um espaço que fosse capaz de albergar, alojar por um período curto durante três, quatro anos empresas que estivessem a iniciar a sua atividade, um espaço tecnológico ou outras. Questionou se eventualmente, se estaria a equacionado algo do género, pois disse ser a de Pedrógão Grande, uma nova zona empresarial considerando, pois, interessante, inclusivamente para atrair novos investimentos. -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, lembrou que foi chamado de urgência em Agosto de 2016 para vir assistir ao lançamento da primeira pedra na ALE e lamentou que seis anos depois ainda se esteja neste ponto.-----

-----Quanto ao Regulamento referiu que o mesmo veio dum executivo anterior, que é necessário um Regulamento novo, adequá-lo às necessidades dos Pedroguenses, pensando no melhor, dado ter-se o poder de decisão e de harmonia com a Lei. Lembrou ainda ter dito ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que deverá esquecer o passado e que avance para um novo rumo.-----

*

4. Intervenção do Público. -----

-----Neste ponto o primeiro munícipe a fazer a sua intervenção, foi o senhor **Pedro Barra** que começou por dizer que veio à sessão para se aperceber da evolução e não para fazer política. Felicitou de seguida o executivo pelo trabalho que este está a desenvolver. Disse não estar à espera de respostas, podendo até enviar por escrito, as diversas questões, que em sua opinião são de cariz técnico. Dissertou sobre várias obras em curso, nomeadamente sobre o processo da Piscina Municipal e referiu que gostaria de acrescentar, ao referido pelo Dr. Rui Capitão e haver um projeto que foi aprovado salientando que a eficiência energética, foi financiada efetivamente, por 360 mil euros. Referiu questionando que a Autarquia está, dotada de técnicos e supostamente têm que avaliar a entrada de um processo, a candidatura e tudo relacionado com aquela matéria. Se não houve essa preocupação, se não foram contemplados todos esses pontos, se existe “deficit”, quem é que vai assumir essas situações? Prosseguiu ainda e disse haver um caderno de encargos, empreiteiros, há todo um conjunto de evolução e se a obra foi devidamente fiscalizada. -----

Prosseguiu referindo-se à obra da variante, se aquela está em auto gestão, referiu haver regras inclusivamente para a ciclovía, questionando ainda se as caleiras têm dimensionamento, se estão contempladas em projeto, nas especialidades e se a fiscalização de igual modo tem atuado. Prosseguiu

dissertando ainda sobre a rede de águas, escoamento dos esgotos se está a ser equacionada toda esta matéria. Falou sobre a APIN e os munícipes pagarem taxas nomeadamente de resíduos sólidos e urbanos. Ainda sobre a fibra ótica, verificou não estar a ser providenciada a sua passagem pelo solo em tubagem subterrânea. Em sua opinião toda esta matéria deveria ser acautelada ainda em projeto. A terminar referiu-se às saídas/entradas da ALE serem inadequadas, considerando que um veículo pesado não poderá fazer as necessárias manobras. Lamentou as entradas e saídas do IC8 serem lastimáveis, a sinalização e ainda a sinistralidade naquela via, pelo que deveria ser sensibilizado o Instituto de Estradas de Portugal. -----

-----O segundo munícipe a intervir foi o senhor **Luís Cunha**, que começou por fazer referência às intervenções do público, serem no final da sessão, no entanto como o Regimento da Assembleia Municipal reporta, lamentando pois, que os munícipes se ausentam por esse facto, referindo que inclusivamente, fará o mesmo. No entanto, disse aguardar pela alteração do referido Regimento. ----

-----Prosseguiu e deixou um alerta referente ao poste elétrico junto à sua residência, sita na Rua da Tapada da Ladeira, informando que aquele acende efetivamente, mas apaga-se de imediato. -----

-----Referiu ter vindo à sessão com a intenção, de fazer a sua intervenção relacionada com a toponímia da vila, em sua opinião não discordou que os membros da Assembleia Municipal, devam fazer parte da Comissão de Toponímia, no entanto salientou e referindo-se à sua pessoa, disse fazer estudos das personalidades da vila e do concelho e ficar estupefacto quando se cria uma Comissão e não se convidem pessoas que tenham conhecimento na matéria, inclusivamente munícipes com conhecimentos de história. Prosseguiu e dissertou sobre a matéria, referindo ainda e a título de exemplo um nome importante do concelho, questionando se alguém sabia quem foi o Conde Redondo, dado haver uma artéria com o nome desse ilustre munícipe e ainda lembrou que a primeira pessoa que compilou a primeira gramática portuguesa, nasceu em Pedrógão Grande.-----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal Sr. Dr. Raul Garcia**, informou o munícipe que a Assembleia Municipal cumpriu rigorosamente a Lei, no que concerne a esta matéria. -----

*

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, referiu não haver mais intervenções. -----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, colocou a votação a aprovação da Ata da presente sessão, por minuta para efeitos imediatos, na sua globalidade e não ponto por ponto. Foi **aprovada por unanimidade** com zero (0) votos contra; zero (0) abstenções dezoito (18) votos a favor. ---

-----Seguidamente agradeceu aos funcionários que prestaram apoio, que colaboraram no funcionamento desta Assembleia Municipal e despediu-se dando por finalizados os trabalhos, às vinte horas e cinquenta minutos. -----

-----Foi lavrada a presente ata e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O segundo Secretário da Assembleia Municipal
